



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 709/2023

**DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA NO POTAL DO
BOQUEIRÃO NO MUNICÍPIO DE
JAPARATINGA-AL.**

JOSÉ SEVERINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Japaratinga, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Japaratinga aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. Fica denominado de **RUA ANTÔNIO QUIRINO DA SILVA**, a Rua projetada, com a extensão de 88m (oitenta e oito metros) por 7m (sete metros) de largura, limitando-se com o oceano atlântico, situada na Quadra "A" início do Loteamento Pontal do Boqueirão, com o Sítio São Cristóvão, propriedade de Empreendimentos Imobiliários Ecológicos Gameleira LTDA, na área urbana no município de Japaratinga-Al.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaratinga, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA
Prefeito do Município de Japaratinga
JOSÉ SEVERINO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

direito admitidas e o acesso irrestrito aos autos da sindicância e do processo administrativo disciplinar.

Parágrafo Único. A consulta e a obtenção de cópias dos autos serão feitas na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre na presença de um servidor público municipal, devidamente autorizado e observadas as cautelas referidas no art. 77, §5º desta Lei quanto à preservação da identidade das crianças e adolescentes envolvidas no fato.

Art. 81º. Se a irregularidade, objeto do Processo Administrativo Disciplinar, constituir infração penal, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhará cópia das peças necessárias ao Ministério Público e à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito policial.

Art. 82º. Nos casos omissos nesta Lei no tocante ao Processo Administrativo Disciplinar, aplicar-se-á subsidiariamente e no que couber, as disposições pertinentes contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo Administrativo Disciplinar.

Art. 83º. Procedimento semelhante será utilizado para apuração de violação de dever funcional por parte de integrante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO V

DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO GOVERNAMENTAIS E NÃO-GVERNAMENTAIS

GOVERNAMENTAIS

Art. 84º. As Entidades governamentais e não-governamentais que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, previstos no art. 90, assim como aqueles correspondentes as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90, bem como as previstas no art. 430, inciso II, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (com a redação que lhe deu a Lei Federal nº 10.097/2000), devem inscrever-se no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único. A inscrição dos programas terá validade máxima de 04 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA promover sua revisão periódica, observado o disposto no art. 90, §3º, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 85º. As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e a autoridade judiciária da respectiva localidade.

§ 1º. Será negado o registro a entidade que:

I - Não oferecida instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;

II - Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei;

III - Esteja irregularmente constituída;

IV. Tenha em seus quadros pessoas inidôneas;

V. Não se adequar ou deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em todos os níveis.

§ 2º. O registro terá validade máxima de 04 (quatro) anos, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, periodicamente, reavaliar sua renovação, observado o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 86º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA definirá, mediante Resolução específica, os critérios e requisitos necessários a inscrição das entidades e seus respectivos programas de atendimento, estabelecendo os fluxos e os documentos que deverão ser apresentados pelas entidades.

§ 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA terá prazo de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre os pedidos de inscrição de entidades e de registro de programas, contados a partir da data do protocolo respectivo.

§ 2º. Para realização das diligências necessárias a análise dos pedidos de inscrição e posterior renovação dos registros, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá designar comissão específica, assim como requisitar o auxílio de servidores municipais com atuação nos setores da educação, saúde

e assistência social, que atuarão em conjunto com os técnicos de apoio referidos nos arts. 23, inciso V e 27, desta Lei.

§ 3º. Uma vez cassado ou não renovado o registro da entidade ou do programa, o fato será imediatamente comunicado ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

§ 4º. Chegando ao conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA que determinada entidade ou programa funciona sem registro ou com o prazo de validade deste já expirado, serão imediatamente tomadas as providências necessárias a apuração dos fatos e regularização da situação ou cessação da atividade respectiva, sem prejuízo da comunicação do fato ao Conselho Tutelar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.

Art. 87º. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças, adolescentes e suas famílias; Outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente preconizado pelo caput do art. 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do art. 4º da Lei Federal nº 8.069/90, sem prejuízo da utilização, em caráter suplementar, de recursos captados pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência, previsto nos arts. 29 e 34 desta Lei.

Art. 88º. As entidades que desenvolvem programas de internação deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 92 e 93 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 89º. As entidades que desenvolvem programas de internação deverão cumprir com os princípios dispostos no art. 94 da Lei Federal nº 8.069/1990, além da Lei Federal nº 12.594/2012.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 90º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA a revisão de seu regimento interno no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da publicação da presente Lei, de modo a adequá-lo às suas disposições.

Art. 91º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares, se necessário, para a viabilização dos programas e serviços relacionados no art. 2º desta Lei, bem como para a estruturação dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 92º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as outras disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Japaratunga/AL, 15 de maio de 2019.

KLEVER REGO LOUREIRO JUNIOR

Prefeito Municipal

Publicado por:

Isadora Moreno de Oliveira

Código Identificador:C29B5445

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 709/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 709/2023

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA NO PONTAL DO BOQUEIRÃO NO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA-AL.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Japaratunga, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Japaratunga aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. Fica denominado de **RUA ANTÔNIO QUIRINO DA SILVA**, a Rua projetada, com a extensão de 88m (oitenta e oito metros) por 7m (sete metros) de largura, limitando-se com o oceano atlântico, situada na Quadra "A" início do Loteamento Pontal do Boqueirão, com o Sítio São Cristóvão, propriedade de Empreendimentos Imobiliários Ecológicos Gameleira LTDA, na área urbana no município de Japaratunga-AL.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaratinga, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Moreno de Oliveira
Código Identificador:2CE18EF1

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 712/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 712/2023

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA NO POTAL DE BOQUEIRÃO NO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA-AL.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Japaratinga, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Japaratinga aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. Fica denominado de **RUA VOVÓ CHIQUINHA**, a Rua projetada com a extensão de 160m (cento e sessenta metros) por 7m (sete metros) de largura, limitando-se com o Rio Manguaba, situada na quadra "A1" início do Loteamento Pontal do Boqueirão, com o Sítio Cristóvão, propriedade de Empreendimentos Imobiliários Ecológicos Gameleira LTDA, neste município de Japaratinga-AL.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaratinga, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Moreno de Oliveira
Código Identificador:72B7AA5D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 713/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATINGA GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 713/2023

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA NO POTAL DE BOQUEIRÃO NO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA-AL.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Japaratinga, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Japaratinga aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. Fica denominado de **RUA VOVÓ ANTÔNIA**, a Rua projetada onde reside atualmente o ex-Vereador Bebei, com extensão de 142m (cento e quarenta e dois metros) por 8m (oito metros) de largura, no Loteamento Pontal do Boqueirão, área urbana deste município de Japaratinga-AL.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaratinga, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Moreno de Oliveira
Código Identificador:80BC6A5D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 714/2023

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 714/2023

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE JAPARATINGA-AL.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA, Prefeito Municipal de Japaratinga, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Japaratinga aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. Fica denominado de **RUA ADALGISA MARIA OLINDRINA**, a Rua com início entre as residências do Sr. Dé da Carroça e Sra. Zeza do Bité até os fundos da antiga sede do Clube Esperança, com extensão de 276m (duzentos e sessenta e seis metros) por 5m (cinco metros) de largura, no Bairro Jaqueira no município de Japaratinga-AL.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaratinga, 07 de novembro de 2023.

JOSÉ SEVERINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Moreno de Oliveira
Código Identificador:E9E1A094

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento do Setor de compras, informa que está recebendo cotações para o processo abaixo descrito:

Processo nº. 124/2023. Objeto: Aquisição de materiais para festividades.

Prazo para envio das propostas: 3 (três) dias corridos, a partir desta publicação. Maiores informações no endereço: Praça Nossa Senhora das Candeias, Centro, Japaratinga - AL, 57910-000 | Horários de Atendimento: 08h às 14h.pelo e-mail:licitacoesjaparatinga@gmail.com.

Japaratinga/AL, 07 de novembro de 2023

Publicado por:
Isadora Moreno de Oliveira
Código Identificador:3733F72B

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO